

ATA N.º 06 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESTADUAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1 Aos vinte e dois de junho de dois mil e dezessete aconteceu no prédio 7 da
2 Universidade Estadual de Montes Claros, localizada na Avenida Dr. Ruy Braga no
3 bairro Vila Mauriceia em Montes Claros a quinta reunião ordinária da Comissão
4 Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de
5 Minas Gerais (CEPCT-MG). A reunião se iniciou com a apresentação dos presentes e,
6 em seguida, foi aberto para a discussão da pauta. Foi solicitado por Flávio da Cruz e
7 Celia Souza acrescentar ponto de pauta para discutir qual o papel da comissão. A
8 pedido de Carine Ramos foi acrescentado o ponto de pauta para discutir o decreto de
9 regularização fundiária. Claudia Luz propôs a constituição de um grupo de trabalho
10 sobre terras devolutas e arrendamentos. O debate sobre o papel da comissão foi
11 iniciado por Rogério Silva que descreve falha na comunicação entre representantes do
12 Estado e a sociedade civil, informou que grande parte das pessoas presentes não
13 recebeu a convocatória e a pauta da reunião – elemento também apresentado por
14 Orlando dos Santos -, e dificuldades em recebimento das diárias. Celia Cruz
15 acrescentou que a sociedade civil não se sente parte da execução desta comissão.
16 Informa do acordo feito na criação da comissão que haveria reunião da sociedade civil
17 antes do plenário, para que os povos e comunidades tradicionais unificassem suas
18 reivindicações. Flávio da Cruz propõe a criação de uma identificação – como uma
19 carteirinha - para os representantes da comissão, além da produção de material de
20 divulgação da comissão descrevendo seu papel, para distribuição nas comunidades.
21 Cicero de Lima demonstrou sua insatisfação diante de suas expectativas acerca da
22 capacidade de ação do CEPCT. Rogério destaca que a comissão deve se debruçar de
23 modo mais dinâmico nas questões de reintegração de posse de modo a garantir o
24 direito a terra destes povos tradicionais e os direitos humanos, mesma preocupação de
25 Edmundo Dias, Mãe Rita e Orlando dos Santos; por isso, foi elaborado e aprovado uma
26 moção de apoio às comunidades e contra as reintegrações de posse. Geraldo de
27 Abreu reconhece que é preciso melhor na questão organizativa da comissão e informa
28 que a criação de uma nova superintendência na Secretaria de Estado de
29 Desenvolvimento Agrário para cuidar da secretária executiva da comissão e na próxima
30 reunião será apresentado o plano de trabalho da secretária executiva. Foi

31 encaminhada a criação de um grupo de e-mail e de Whatsapp para melhor a
32 comunicação, além da criação de um espaço na página da SEDA e da SEDPAC para
33 organizar a comunicação da comissão. João Pio destaca que a comissão foi criada
34 recentemente e não se trata de uma proposta pronta e finalizada é preciso construir ela
35 em conjunto. Por fim, propôs a comissão a construção de uma orientação para os
36 procuradores, juízes, etc. sobre a realidade dos PCT's acerca das reintegrações de
37 posse a ser apresentada e aprovada na próxima reunião. Orlando dos Santos propõe a
38 realização de uma apresentação sobre a situação fundiária de Minas Gerais e foi
39 definido como ponto de pauta para a próxima reunião. Em seguida, se passou a leitura
40 da ata da reunião anterior, que foi aprovada por todos os presentes. Em sequência
41 passou-se aos informes. João Pio fez o informe sobre o adiamento do Encontro da
42 Juventude Quilombola entre 3 e 5 de agosto de 2017. O encontro ocorrerá por uma
43 demanda trazida para esta comissão para que as demandas das juventudes
44 quilombolas sejam acrescentadas no plano estadual das juventudes. Cleide Hilda fez o
45 informe sobre Conferencia Estadual de Promoção da Igualdade Racial que acontecerá
46 em agosto de 2017 com objetivo de construir o plano estadual de igualdade racial,
47 construída pelo movimento social. As conferencias municipais, territoriais ou regionais
48 de igualdade racial ocorrerão até 30 de julho. Maria de Fátima Alves deu informe sobre
49 o 1º encontro da sempre-vivas em Diamantina 17 e 18 de junho, o primeiro momento
50 foi uma comemoração da panha de flores, seguida do pronunciamento do procurador
51 público que pedia a suspensão das multas de violências dentro do parque e da
52 celebração de um termo entre Instituto Chico Mendes e as comunidades. No segundo
53 momento do ato subiram ao campo e fincaram uma bandeira no território com dança,
54 canto, etc. Por fim, Maria de Fatima fez a leitura da carta que concluiu o encontro. Após
55 os informes, Isabela iniciou o relato das ações do grupo de trabalho sobre políticas
56 públicas para as comunidades dos pescadores artesanais. Primeiramente, agradece
57 aos pescadores por terem provocado a diretoria de pesca e informa que o objetivo da
58 apresentação é mostrar o resultado do grupo de trabalho. O grupo de trabalho elaborou
59 uma Minuta para Decreto que institui a política estadual de promoção ao
60 desenvolvimento integral das comunidades e territórios tradicionais pesqueiros em
61 Minas Gerais que foi lida e passou para a discussão do plenário. Maria das Dores diz
62 de sua preocupação com a saúde da pescadora já que os atendimentos nos hospitais
63 não têm uma visão para de saúde e especificidades destas pessoas. João Pio alerta
64 que se a câmara técnica é no âmbito da comissão, então algumas coisas que estão no

65 Art. 17 não são competências de uma câmara no âmbito de uma comissão, seria uma
66 comissão dentro de uma comissão. Câmara técnica não pode ser deliberativa. Breno
67 propôs trocar Câmara Técnica para Conselho Diretor dentro da SEDA na diretoria de
68 pesca. Por compreender que a proposta é um grupo deliberativo da política. Rogério
69 Conceição pondera o decreto não serve apenas para as comunidades pesqueiras, mas
70 para todos os pescadores, seja indígenas, quilombolas, etc. Orlando dos Santos
71 problematizou o fato do documento ter sido entregue apenas no dia de aprovação, o
72 pouco tempo de debate acerca da minuta e a responsabilidade dos integrantes da
73 comissão em aprovar certos encaminhamentos que não estão todos devidamente
74 esclarecidos para votar e depois ser responsabilizado por isso. Por fim, foi acatada a
75 proposta de Breno e aprovado com as alterações pelo plenário o envio para a SEDA
76 para alterações jurídicas, sendo 10 votos a favor 2 abstenções. Passou-se então ao
77 relato da comunidade de Canabrava por Edmar da Silva que relata que aquele que se
78 diz dono afirma haver um processo de despejo, mas não houve nenhum aviso judicial,
79 somente ameaças por parte do “dono” da propriedade. Informa ainda que a polícia já
80 esteve presente no local sem mandato nem nenhum documento oficial, apenas
81 informando que eles têm de se retirar de lá. Geraldo Abreu propõe uma solicitação
82 ao SPU para realização de uma ação discriminativa sobre situação fundiária do local.
83 Breno informou que há um ofício da SPU nacional para SPU de Minas Gerais
84 afirmando que parte da fazenda é da união e, portanto, a ação deve ser julgada por um
85 Juiz Federal. Foi encaminhado que a comissão irá provocar a mesa de diálogo para
86 acompanhar o caso e realizará um documento que ateste que se trata de terras de uma
87 comunidade tradicional. Em seguida passou-se ao relato dos casos de Intolerância
88 contra as Comunidades de Matriz Africana. Mãe Rita Maciel informa que os terreiros
89 nunca tiveram direito a terra. Suas terras são negadas por empresários, por pelo
90 “incomodo” que a presença de um terreiro em bairros e a recorrente invasão de suas
91 terras. Quando se discute templos religiosos, temos que discutir também os terreiros,
92 não apenas templos cristãos. Foi encaminhado que Mãe Rita e Celia Gonçalves irá
93 elaborar um documento sobre Religiões de Matriz Africana para apresentar a
94 comissão. João Pio propôs a formação um grupo de trabalho para discutir
95 Comunidades de Religião de Matriz Africana dialogando com o conselho estadual de
96 diversidade religiosa para solicitar pauta dos levantamentos dos casos e
97 encaminhamentos que será apresentada no próximo plenário. A comissão ficou
98 formada por Mãe Rita, Celia e João Pio. Em seguida, relato da Aldeia Pataxó de

99 Goanhães e Cacique Pataxó disse que a demanda desta aldeia pelo direito a terra, já
100 que estão em área de parque. Afirma que as leis tem que garantir os direitos dos
101 PCT's. Segundo relato o IEF ameaça cotidianamente de despeja-los e não permite que
102 cultivem ou criem animais. Afirma que também existem fazendeiros posseiros na área
103 do parque e o IEF não dá qualquer sinalização que irá retirá-los. Se revolta com o fato
104 de já haver pedido de reintegração de posse para os indígenas, mas não tem para os
105 fazendeiros e os grandes latifundiários. Pablo Matos e Guilherme Franco afirmaram
106 que há um projeto de lei para mudança de categoria do parque de para liberar o “uso
107 sustentável” do parque, todavia sabemos que essa proposta é para liberar o uso do
108 parque pelas mineradoras e não para garantir a permanência dos índios. Há um
109 conceito conservador que faz as pessoas acreditarem que a preservação da natureza
110 se dá isolando a natureza, longe da presença do homem. Devemos buscar a
111 recategorização do parque que beneficiar a aldeia. João Pio propôs que a comissão
112 dialogue com o autor do projeto de lei para verificar como melhorar situação dos
113 indígenas e Dialogar na comissão de Direitos Humanos. Em seguida, passou-se aos
114 relatos da situação da Fazenda Muniz e dos Nativos de Arapuim. Luzia Alane informa
115 que a CPT acompanha o caso de Capão Muniz e se trata de uma área com casos
116 violentos historicamente, com massacre e várias ameaças. Trata-se de uma aérea
117 ocupada há 10 anos. Arapuim são quilombolas e seu território existe reintegração de
118 posse. Acredita que o governo deve arrecadas as terras para realizar a regularização
119 fundiária. Marcos informa que os quilombolas que ocupam o território hoje, realizaram
120 acordo com o governo que se comprometeu a arrecadas as terras para fins de reforma
121 agraria. Apesar de se tratar de uma área devoluta, foi expedido mandato de
122 reintegração de posse em 2012. E em 2013, eles reocuparam a fazenda. Geraldo
123 Abreu informou que a seda encaminhou para o INCRA oficio que solicita o
124 assentamento na área da fazenda Capão Muniz, todavia ressalta que é muito possível
125 que o INCRA não aceite fazer a regularização do local. Nesse momento, a seda está
126 fazendo a medição de Rio Pardo de Minas para averiguar a operação grilo de 2011 e
127 ver qual a situação real das terras da cidade e será realizada uma discriminatória de
128 toda a cidade. Na sequencia da pauta, passou-se a apresentação da situação do
129 Geraizeiros no Vale das Cancelas, em Gran Mogol. Nicanor informa que a comunidade
130 está ameaçada pelos grandes empreendimentos. Suas terras já foram tomadas e hoje
131 vivem nas grotas e não mais nas chapadas. Os grandes empreendimentos que hoje
132 ocupam as terras do Geraizeiros querem os proibir de usar água e impedir a criação de

133 animais. Adair afirma que o modelo desenvolvimentista vem acabando com o território
134 dos Geraizeiros que expulsa o povo de sua terra para plantação de eucalipto. A
135 comunidade já possui documento de auto reconhecimento de comunidade tradicional.
136 A esperança é que a lei dos PCT's se concretize e eles voltem a ter direito ao seu
137 território. Em dezembro de 2015 os Geraizeiros ocuparam a fazenda Rio Rancho de
138 propriedade de Newton Cardos, caso que foi tratado pela mesa de dialogo do Estado e
139 permanece sem resolução. Os moradores da fazenda estão sendo perseguidos por
140 jagunços do proprietário. Foi ocupado a fazendo Buriti, segundo relato, trata-se de terra
141 grilada e hoje está ocupada por 120 famílias Geraizeiras. Foi realizada uma visita
142 técnica da Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário e comissão de Direitos
143 Humanos da ALMG no Vale das Cancelas e aguarda resultados da visita. Os
144 Geraizeiros da região pediram apoio à comunidade universitária para a construção do
145 laudo antropológico. João Pio propõe como encaminhamento que a comissão busque
146 informações na mesa de diálogo para saber o andamento do caso. Repasse realizado
147 por João Pio acerca do Decreto que regulamenta a Lei 21.147 no que diz respeito à
148 certificação das comunidades, bem como destinação de terras públicas e devolutas
149 para o reconhecimento de territórios tradicionais. Informa que a minuta do decreto está
150 na Casa Civil, mas a comissão já está tentando elaborar ações para serem realizadas
151 depois da assinatura deste decreto. Em seguida, foi realizada a apresentação da
152 minuta do termo de compromisso para uso dos parques pelos povos e comunidades
153 tradicionais que foi elaborada na reunião da câmara técnica do dia anterior. Foi
154 encaminhado que a minuta será disponibilizada via e-mail e Whatsapp para alterações
155 até o dia 05 de setembro de 2017 para aprovação final na reunião extraordinária da
156 câmara técnica. Em seguida, Edmilson da Silva propôs uma Monção de apoio às
157 comunidades tradicionais vazanteiras ao rio são Francisco. A proposta foi lida e
158 aprovada pelo plenário. Em seguida, a Presidência agradeceu a presença de todos e
159 deu por encerrada a reunião às 18h40min. Sem mais nada a relatar, eu, Geraldo Vitor
160 de Abreu, Secretário Executivo da CEPCT-MG, lavrei a ata, que vai assinada por mim
161 e pelo Senhor Presidente.

162

163

Belo Horizonte, 16 de março de 2017.

Geraldo Vitor de Abreu
Secretário Executivo da CEPCT-MG

João Carlos Pio de Souza
Presidente da CEPCT-MG